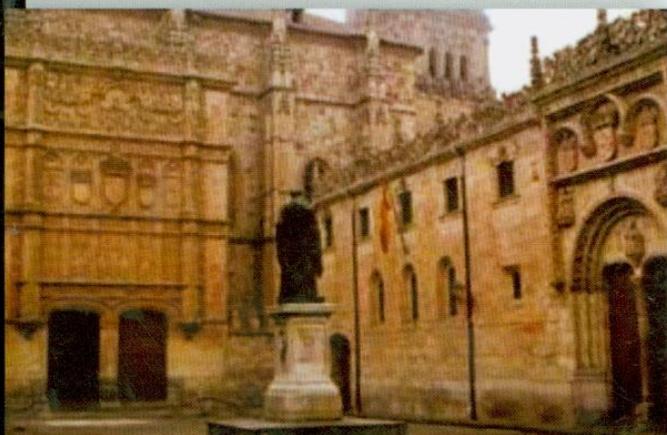


Leandro
PAULSEN

**CURSO
DE DIREITO
TRIBUTÁRIO
COMPLETO**

6ª EDIÇÃO
revista, atualizada e ampliada



livraria//
DO ADV//OGADO
//*editora*

Sumário

Capítulo I – Tributação, Direito Tributário e Tributo	15
1. Origem da tributação e da sua limitação.....	15
2. A tributação como instrumento da sociedade.....	18
3. Os deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação.....	20
4. A carga tributária e o direito à informação.....	24
5. Fiscalidade e extrafiscalidade.....	26
6. Direito Tributário.....	28
7. Relação com outras disciplinas jurídicas.....	30
8. Relação com a Economia.....	32
9. Relação com a Contabilidade.....	33
10. Conceito de tributo.....	34
11. Preços públicos e receitas patrimoniais.....	38
Capítulo II – Espécies Tributárias	41
12. Características e regimes jurídicos específicos.....	41
13. Critérios para a identificação das espécies tributárias.....	42
14. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias.....	44
15. Impostos.....	45
16. Taxas.....	46
17. Contribuições de melhoria.....	49
18. Empréstimos compulsórios.....	50
19. Contribuições.....	51
20. Contribuições sociais.....	55
21. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	55
22. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	57
23. Contribuições de iluminação pública.....	58
Capítulo III – Princípios Tributários	61
24. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão.....	61
25. A relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar.....	63
26. Princípios gerais de Direito Tributário.....	63
27. Princípio da capacidade contributiva.....	64
28. Princípio da capacidade de colaboração.....	67
29. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária.....	69
30. Princípio da igualdade tributária.....	71
31. Princípio da praticabilidade da tributação.....	75

Capítulo IV – Competência Tributária	79
32. Detalhamento da competência na Constituição.....	79
33. Normas constitucionais concessivas de competência.....	81
34. Critério da atividade estatal.....	82
35. Critério da base econômica.....	83
36. Critério da finalidade.....	85
37. Competências privativas, comuns e residuais.....	86
38. Bitributação e <i>bis in idem</i>	87
39. Tributos na base de cálculo de outros tributos.....	89
Capítulo V – Imunidades Tributárias	93
40. Imunidades como normas negativas de competência.....	93
41. Imunidades como garantias fundamentais.....	94
42. Classificação, interpretação e aplicação das imunidades.....	94
43. Imunidades genéricas a impostos.....	97
44. Imunidade recíproca.....	98
45. Imunidade dos templos de qualquer culto.....	100
46. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais.....	101
47. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão.....	102
48. Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais.....	104
Capítulo VI – Garantias Fundamentais do Contribuinte	107
49. Natureza das limitações ao poder de tributar.....	107
50. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da federação.....	108
51. Garantia da legalidade absoluta.....	108
52. Garantia da irretroatividade.....	113
53. Garantia de anterioridade.....	116
54. Isonomia.....	121
55. Não confisco.....	122
56. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvado o pedágio.....	123
Capítulo VII – Garantias da Federação	125
57. Limitações específicas à União.....	125
58. Uniformidade geográfica.....	125
59. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores.....	126
60. Vedação à isenção heterônoma.....	127
61. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino.....	128
62. Vedação da afetação do produto de impostos.....	128
Capítulo VIII – Critérios de Tributação	131
63. Progressividade.....	131
64. Seletividade.....	132
65. Não cumulatividade.....	134
66. Tributação monofásica.....	137
67. Substituição tributária.....	137
Capítulo IX – Legislação Tributária	141
68. Normas constitucionais.....	141
69. Leis complementares à Constituição.....	141

70. Resoluções do Senado.....	144
71. Convênios.....	145
72. Tratados internacionais.....	146
73. Leis ordinárias e medidas provisórias.....	148
74. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço.....	149
Capítulo X – Interpretação e Aplicação da Legislação Tributária.....	151
75. Vigência e aplicação da legislação tributária.....	151
76. Integração e interpretação da legislação tributária.....	152
77. Aplicação dos princípios de Direito Tributário, de Direito Público e de Direito Privado e das normas de colisão.....	154
78. Analogia e equidade.....	158
Capítulo XI – Capacidade, Cadastro e Domicílio.....	163
79. Capacidade tributária.....	163
80. Cadastros de contribuintes.....	163
81. Domicílio tributário.....	164
Capítulo XII – Obrigações Tributárias.....	167
82. As diversas relações jurídicas com natureza contributiva, de colaboração e punitivas.....	167
83. Obrigações principais e acessórias.....	168
84. Aspectos da norma tributária impositiva.....	171
85. Hipótese de incidência e fato gerador.....	173
86. Ocorrência dos fatos geradores.....	174
87. Classificação dos fatos geradores.....	175
88. Planejamento tributário e norma tributária antielisiva.....	177
89. Sujeito ativo.....	179
90. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco.....	180
91. Solidariedade.....	182
92. Contribuinte.....	183
93. Substituto tributário.....	184
94. Responsável tributário.....	185
95. Responsabilidade dos sucessores.....	189
96. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores.....	190
97. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário.....	193
Capítulo XIII – Ilícito Tributário.....	197
98. Infrações à legislação tributária e penalidades.....	197
99. Multas.....	199
100. Responsabilidade por infrações à legislação tributária.....	202
101. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações.....	204
Capítulo XIV – Constituição do Crédito Tributário.....	207
102. Natureza do crédito tributário.....	207
103. Existência, exigibilidade e exequibilidade.....	207
104. Constituição ou formalização do crédito tributário.....	208
105. Declarações do contribuinte e outras confissões de débito.....	209
106. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação.....	211
107. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta.....	213
108. Liquidação no processo trabalhista.....	215

Capítulo XV – Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário	217
109. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	217
110. Moratória e parcelamento.....	218
111. Impugnação e recurso administrativos.....	220
112. Liminares e antecipações de tutela.....	221
113. Depósito do montante integral do crédito tributário.....	222
114. Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	224
Capítulo XVI – Exclusão do Crédito Tributário	227
115. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário.....	227
116. Isenção.....	227
117. Anistia.....	229
Capítulo XVII – Extinção do Crédito Tributário	231
118. Hipóteses de extinção do crédito tributário.....	231
119. Pagamento, juros e multas.....	231
120. Pagamento indevido e sua repetição.....	233
121. Compensação.....	238
122. Decadência do direito de lançar.....	240
123. Prescrição da ação para execução do crédito tributário.....	242
Capítulo XVIII – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	249
124. Meios de garantia e privilégios.....	249
125. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito.....	249
126. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal.....	250
127. Arrolamento administrativo de bens.....	251
128. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa.....	252
129. Indisponibilidade dos bens.....	253
130. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência.....	255
131. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores.....	256
Capítulo XIX – Administração Tributária	257
132. Órgãos de administração tributária.....	257
133. Fiscalização tributária.....	257
134. Inscrição em dívida ativa.....	260
135. Certidões negativas de débito.....	263
Capítulo XX – Impostos sobre o Patrimônio	267
136. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).....	267
137. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU).....	271
138. Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR).....	275
Capítulo XXI – Impostos sobre a Transmissão de Bens	281
139. Imposto sobre transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI).....	281
140. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação (ITCMD).....	286
Capítulo XXII – Imposto sobre a Renda	293
141. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR).....	293

Capítulo XXIII – Impostos sobre a Atividade Econômica	303
142. Imposto sobre produtos industrializados (IPI).....	303
143. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).....	312
144. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).....	325
145. Impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).....	331
Capítulo XXIV – Impostos sobre o Comércio Exterior	341
146. Imposto sobre importação (II).....	341
147. Imposto sobre exportação (IE).....	344
Capítulo XXV – Contribuições Sociais	347
148. Contribuições previdenciárias dos segurados do regime geral de previdência social.....	347
149. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada.....	352
150. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e COFINS).....	360
151. Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e COFINS-Importação).....	367
152. Contribuição de seguridade social sobre o lucro (CSL).....	369
Capítulo XXVI – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	371
153. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA.....	371
154. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao SEBRAE.....	373
155. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis.....	375
Capítulo XXVII – Contribuições do Interesse de Categorias Profissionais e Econômicas	377
156. Contribuição aos Conselhos de Fiscalização Profissional.....	377
157. Contribuição sindical.....	380
Capítulo XXVIII – Contribuição de Custeio da Iluminação Pública	383
158. Contribuição de iluminação pública municipal (CIP).....	383
Capítulo XXIX – Taxas de Serviço e de Polícia	387
159. Taxa de coleta de lixo domiciliar.....	387
160. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento.....	388
Capítulo XXX – Regime do Simples Nacional	391
161. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional.....	391
Capítulo XXXI – Processo Administrativo-Fiscal	395
162. Processo administrativo-fiscal federal.....	395
163. Ação fiscal e autuação.....	396
164. Notificações e intimações.....	399
165. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos.....	399
166. Nulidades no processo administrativo-fiscal.....	402
167. Processo administrativo-fiscal estadual.....	403
168. Processo administrativo-fiscal municipal.....	404

Capítulo XXXII – Processo Judicial Tributário	405
169. Ações ajuizadas pelo fisco.....	405
170. Medida cautelar fiscal.....	406
171. Execução fiscal.....	407
172. Exceção de pré-executividade.....	409
173. Embargos à execução.....	410
174. Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados.....	411
175. Mandado de segurança.....	413
176. Ação declaratória.....	415
177. Ação anulatória.....	417
178. Ação cautelar de caução.....	418
179. Ação consignatória.....	419
180. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação.....	420
181. Conexão entre ações tributárias.....	422
Capítulo XXXIII – Direito Penal Tributário	425
182. Criminalização de condutas ligadas à tributação.....	425
183. Crimes tributários praticados por particulares.....	426
184. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária.....	426
185. O falso como crime-meio e consunção.....	429
186. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária.....	431
187. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária.....	433
188. Descaminho.....	434
189. Apropriação indébita tributária.....	436
190. Sonegação de tributos.....	438
191. Falsificação de papéis públicos tributários.....	441
192. Crimes tributários praticados por funcionários públicos.....	442
193. Excesso de exação.....	442
194. Facilitação ao descaminho.....	443
195. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal.....	443
196. Corrupção passiva fiscal.....	444
197. Advocacia administrativa fiscal.....	444
Capítulo XXXIV – Processo Penal Tributário	447
198. Representação fiscal para fins penais.....	447
199. Ação penal pública.....	448
200. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento.....	449
201. Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	451
Anexo de Legislação	453
Constituição da República Federativa do Brasil.....	453
Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172/1966.....	461
Índice Alfabético-Remissivo	489